



SPG03 - Ação coletiva e emoções nos movimentos sociais contemporâneos

*As emoções na construção de um problema público – A luta pelo direito à habitação nas freguesias históricas e centrais de Lisboa**

Heitor Vianna Moura

Doutorando do IPPUR-UFRJ

Resumo

Fruto de uma imersão etnográfica pelas freguesias centrais e históricas de Lisboa, da observação participante em eventos e reuniões de coletivos de luta pela habitação e de conversas informais com acadêmicos, militantes e moradores, a presente investigação parte do pressuposto de que os problemas entendidos como públicos não emergem como dados da realidade, mas são construções políticas, sociais e, sobretudo, emocionais. Frequentemente ignoradas pela literatura que tematiza a ação coletiva e os movimentos sociais, as emoções são entendidas no estudo não como um dispositivo rudimentar de sensibilização de públicos ou como um recurso que rivaliza com a argumentação racional na construção de um problema público, mas como um meio indispensável na transformação de uma série de casos dispersos e individuais de despejos em parte integrante de uma causa comum produtora de solidariedade interna e adesão externa.

Palavras-chave: emoções; moral; ação coletiva; direito à habitação; problema público; Lisboa.

* Pesquisa realizada com apoio da CAPES.

As emoções na construção de um problema público – A luta pelo direito à habitação nas freguesias históricas e centrais de Lisboa

A habitação em questão: uma leitura macro

Em 1976, após a queda do regime autoritário salazarista, o projeto de construção de Estado de Bem-Estar Social português encontrou condições favoráveis para a implementação de políticas orientadas pelos valores de universalidade e de igualdade de acesso aos bens sociais¹. O que se fez sentir com o reconhecimento da habitação como direito constitucional em 1976 e a inauguração de políticas habitacionais descentralizadas e com um forte componente de participação comunitária, por vezes sustentada pelo processo de autoconstrução². Era a primeira vez que se via uma intervenção mais direta do Estado na promoção da moradia.

A experiência, no entanto, logo encontrou seus opositores: a retração na arrecadação fiscal e a propagação do ideário neoliberal – que, ao contrário das políticas em construção, apostava na transferência da organização e da gestão dos bens sociais do Estado para o mercado. De provedor de habitação de custo acessível, o Estado passou a atuar como facilitador do mercado privado, por meio da concessão de crédito bancário subvencionado para a construção e para a aquisição de casa própria. Como consequência dessa política, produziu-se um significativo endividamento das famílias portuguesas, alimentou-se a lógica especulativa e rentista do setor imobiliário, estrangulou-se o setor de aluguel e incentivou-se o processo de suburbanização e de exclusão socioespacial³. Ao flexibilizar a ideia de moradia como um bem social e apostar na estratégia de responsabilização individual e familiar pelo próprio bem-estar, o governo português acabou por produzir um dos estoques públicos habitação social mais baixos da Europa⁴

Com a crise do capitalismo financeiro de 2008-2009, as políticas de habitação sofreram um novo revés. Como condição para o empréstimo de 8 bilhões de euros ao

¹ Barata, 2014.

² Amilcar, Carreiras, Malheiros & Ferreira, 2001.

³ Fonseca & Malheiros, 2011; Carmo, Ferrão & Malheiros, 2014.

⁴ No ano de 2003, apenas 3,3% do parque habitacional português era composto por alojamento público, enquanto nos países do norte europeu o percentual atinge ou ultrapassa 20%, ver: Fonseca & Malheiros, 2011, p. 62).

Estado Português, foi imposto pelo *Fundo Monetário Internacional*, pela *Comissão Europeia* e pelo *Banco Central Europeu* a aprovação do que ficou conhecido como Plano Troika (2011), composto por medidas que esvaziaram os fundos públicos destinados à habitação social, favoreceram abertura do mercado nacional e, por fim, dinamizaram o mercado privado de aluguel⁵. O que significou, em termos de política habitacional, a adesão do poder público à lógica de mercantilização, privatização e financeirização da moradia em detrimento de sua proteção enquanto bem social.

Ao mesmo tempo, Lisboa experimentou uma significativa mudança em suas dinâmicas urbano-territoriais durante a segunda metade do século XX, que alterou a lógica de determinação do valor da terra interurbana. Por meio de investimentos públicos e privados nas regiões mais periféricas, a cidade viu a sua mancha urbana expandir-se⁶. O que foi seguido pela desvalorização do parque imobiliário situado em sua área central, resultado da fuga das classes mais altas, do desinvestimento do setor público e do abandono e da degradação dos imóveis existentes⁷. Desvalorização que permitiu a permanência de uma classe média empobrecida e, em alguns casos, a chegada e a fixação de grupos étnicos com status social menos reconhecido⁸.

Uma vez consolidada a sua área metropolitana, esboçou-se uma tendência de re-centralização da cidade no final do século XX, à semelhança de outras capitais mundiais⁹. O processo foi induzido pelo poder público através de programas que visavam a estimular a reabilitação de edifícios degradados e criar condições favoráveis à atração de investidores privados¹⁰, que logo elegeram a região como nova fronteira de extração da mais valia

⁵ Faz parte desse pacote, por exemplo, o programa *Golden Visa* (2012), voltado para a atração de investidor estrangeiro, e o *Novo Regime de Arrendamento Urbano* (2012), responsável pela extinção de contratos celebrados antes da década de 1990 e a atualização dos aluguéis para valores incompatíveis com a renda dos antigos inquilinos.

⁶ Nunes, 2010; Salgueiro, 2001

⁷ Por meio de uma pesquisa encomendada pela Câmara Municipal de Lisboa, avaliou-se que as freguesias do centro da cidade concentravam as maiores taxas de edifícios classificados como altamente degradados, entre 18% e 33% dos imóveis no ano de 2009 (CLM, 2012).

⁸ O caso mais conhecido de fixação de novos grupos étnicos é o bairro da Mouraria, analisado por Malheiros, Carvalho e Mendes (2012), mas o fenômeno pode ser observado em menor vigor em outros bairros centrais que passaram por processos semelhantes de desvalorização de seu patrimônio imobiliário, como aponta o estudo coordenado por Malheiros e Fonseca (2011, p. 144)

⁹ Entre os trabalhos que abordam a questão, cf. Harvey, [1989] 2012; Bidou-Zachariassen [2003], 2006;

¹⁰ Apesar da existência de políticas de reabilitação urbana desde a década de 1970 – ex: o Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (1976) e o Programa de Reabilitação Urbana (1985) –, essas eram norteadas pela preocupação com a manutenção da população residente. O que se altera com a constituição das Sociedades de Reabilitação Urbana em 2014, quando o mercado passa a ser o princípio orientador das medidas neste setor. Ver: Mendes, 2014.

fundiária. Afinal, a combinação de sua localização central com o estado de degradação e abandono de parte dos imóveis criava uma oportunidade de investimento seguro de reprodução do capital imobiliário¹¹.

Por fim, há ainda que considerar um outro fator quando se analisam as dinâmicas do mercado imobiliário e suas consequências nas dinâmicas habitacionais dessa área: o turismo urbano. Com a crise do capitalismo de 2008, o setor tornou-se central na criação de empregos e na mitigação do impacto das políticas de austeridade nas famílias portuguesas, assim como alimentou toda uma rede de agentes econômicos que viram no turismo a possibilidade de ampliar seus lucros. Foi o caso, por exemplo, dos proprietários de imóveis nas regiões histórica e central – as mais visadas pela atividade turística – que passaram a investir em alojamento e produtos voltados para o turismo.

O resultado foi imediatamente sentido por aqueles que, dependendo dos contratos de aluguel, viram suas moradias serem transformadas em um ativo financeiro e, com isso, passaram a ter a sua permanência ameaçada. Em pouco tempo, os casos de desalojamentos direto e indireto, tanto de moradores como de comércios tradicionais, começaram a se avolumar, ganhando destaque na mídia local e nacional e passando a ecoar nas esferas de representação políticas. Enfim, forma-se a combinação que tece o pano de fundo do problema analisado nas próximas páginas: a exploração descontrolada das terras urbanas centrais por agentes econômicos nacionais e estrangeiros, depois de um longo período de desinteresse, com revolta daqueles que passaram a encontrar na ação coletiva a única saída às ameaças de despejo.

Não se trata, no entanto, de um processo espontâneo, como se as “condições objetivas” do problema tivessem produzido uma indignação coletiva capaz de cobrar respostas do poder público¹². A transformação da questão em um problema público exigiu um árduo trabalho de agentes, coletivos e instituições, que, por meio de estratégias de publicização e de sensibilização de públicos, conseguiram dar um estatuto de coletividade ao problema. O que exigiu dos coletivos atingidos a capacidade de ultrapassar a retórica

¹¹ Segundo Smith ([1996] 2012, p. 126), investe-se em áreas centrais que passaram por um recente processo de pelo potencial de aproveitamento do *rent gap*, definido pela diferença entre a “renda da terra potencial” e a “renda da terra capitalizada sob o uso atual do solo”.

¹² Spector e Kitsu, 2001.

do interesse individual por meio da construção de uma gramática de justificação pública¹³. Perspectiva que, desde o início, deslocou o olhar das “condições objetivas” do problema para o processo de reconhecimento subjetivo de sua gravidade por grupos específicos.

Com o objetivo de compreender esse fenômeno, analisei em outro artigo¹⁴ o trabalho de “modelização” empreendido por alguns grupos locais, entendido por Boltanski como competência de produzir “argumentos aceitáveis para os demais ou, como frequentemente se diz, convincentes, isso é, capazes de sustentar uma pretensão de inteligibilidade e dotadas também de um elevado grau de objetividade e, por conseguinte, de universalidade”¹⁵. Investigação que resultou na construção de categorias analíticas que dessem conta da pluralidade de princípios de justiça em disputa na arena pública, que, quando mobilizados, buscavam dar legitimidade à luta dos grupos estudados.

Apesar da presença inescapável das emoções no processo de construção de coletivos de luta e na sensibilização de novos públicos, tal dimensão não recebeu o merecido destaque na primeira análise. Eis o objetivo da presente proposta: investigar as emoções não como um dispositivo rudimentar de sensibilização de públicos ou como recurso que rivaliza com a argumentação racional na construção de um problema público, mas como parte integrante no processo de de-singularização do problema em questão. Dito de outro modo, busca-se responder à questão seguinte: qual o papel da emoção na construção de um problema público?

A arena pública e suas cenas: reenquadrando a percepção

Antes de entrar propriamente na questão, vale situar o leitor naquilo que chamo de reenquadramento da percepção; questão de ordem epistemológica que, apesar de não ter alterado o desenvolvimento da investigação empírica, certamente modificou a maneira como passei a perceber o universo social dos atores que buscava interpretar. Com Oliveira (1998), compreendo que o meu olhar e a minha escuta já estavam previamente treinados pelos paradigmas teóricos da minha formação, os mesmos que ajudaram a construir as questões que me levaram ao campo, tais como: que grupos conseguiram acessar a arena

¹³ Boltanski, [1990] 2000.

¹⁴ Com o título “A construção de um problema público. A luta de coletivos, associações e instituições pelo direito à habitação nos bairros históricos e centrais de Lisboa”, o estudo foi publicado nos anais do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Ver: Moura, 2019.

¹⁵ Boltanski, [1990] 2000, p. 59.

pública? Que dispositivos dramáticos e teatrais foram mobilizados por eles? Que regimes de engajamento e princípios de justiça foram evocados para interpelar a opinião pública e os poderes públicos?

Por um lado, o ferramental teórico que me acompanhou permitiu a percepção e, posteriormente, a interpretação de dimensões fundamentais na construção do problema público investigado. Por outro, imagens perturbadoras e ruídos aparentemente insignificantes à luz dessas mesmas ideias foram sistematicamente eliminados ou subrepresentados. Eis que aparece a noção de reenquadramento da percepção; movimento que procuro fazer ao revisitar e reinterpretar minhas anotações de campo, produzidas em um momento em que meu olhar e minha escuta eram condicionados por questões outras. Trata-se, portanto, de uma tentativa de levar a sério os quadros de significância daqueles atores sociais que desde o primeiro momento demonstravam – apesar da minha incapacidade de perceber – que o seu mundo social era formado também por manifestações emocionais como tristeza, compaixão, medo, raiva, nostalgia e indignação.

Esse movimento de retomada, no entanto, não foi capaz de preencher as lacunas do meu percurso – quase todo ele voltado para situações em que os grupos em foco vocalizavam suas questões para aqueles que não eram diretamente atingido pelos problemas denunciados. Um público externo, para o qual (mais tarde pude perceber) as emoções funcionavam como um dos dispositivos possíveis de sensibilização. Menos evidente, no entanto, estavam as dinâmicas de construção de uma solidariedade interna tecida por um sofrimento comum, que aparece, infelizmente, residualmente nas minhas anotações.

Dito isso, cabe dedicar algumas linhas para duas ideias que acompanharam todo o processo investigativo: a arena pública e as cenas públicas. Entendida dentro da chave analítica dos processos de engajamento e de participação em uma ação coletiva, a arena pública define-se como uma “ordem negociada”; isto é, uma ordem que “se estabelece através de uma série de negociações e acordos, de protestos e consentimentos, de promessas e de compromissos, de contratos e convenções, de tensões e acordos mais ou menos ritualizados, formalizados e codificados”¹⁶. Enquanto espaço dinâmico¹⁷, o seu

¹⁶ Cefail, 2002, p. 60

¹⁷ Para entender as características da arena pública - *dramaturgia; pluralidade; conflitos e disputas; negociações; regras de publicização coercitivas; dispersão* -, ver: Freire, 2016, pp. 106-105.

valor está na capacidade de dar conta de uma pluralidade de mundos sociais que nela se encontram.

Por sua vez, a noção de cenas públicas procura organizar analiticamente o “emaranhado de dispositivos teatrais” que constituem a arena pública, permitindo a construção de uma topografia dos múltiplos palcos em que o problema público é construído. As cenas nada mais são que palcos cujas performances são reguladas por dinâmicas específicas, ou melhor:

Cada cena tem suas formas institucionais, seus investimentos em capital e suas distribuições de poder; suas regras de jogo mais ou menos restritivas, suas rotinas e seus rituais práticos; seus jogos de cena, seu estatuto, suas hierarquias de poder e de autoridade; seus tickets de entrada, suas linguagens especializadas, suas redes de inter-relações e estruturas de oportunidade; suas intrigas próprias, seus instrumentos de objetivação e seus modos de publicização, seus repertórios de categorização e argumentação, seus modelos de raciocínio e deliberação; seus dispositivos de administração da prova e seus circuitos de pressão de decisão¹⁸

Interessado no intercâmbio e no confronto de argumentos, mas também nas dinâmicas de produção e legitimação desses, voltei o olhar para cenas específicas de produção do problema social da habitação. Meu primeiro contato foi com o que defino como “cena das redes associativas / militante”, cuja existência baseia-se na ilusão de unidade e identidade entre seus membros, reforçada pela escolha de um nome comum e pela construção de um estatuto. Foi no coletivo *Habita*¹⁹ que encontrei o acolhimento necessário para uma investigação mais cuidadosa, o que não impediu minha circulação – menos recorrente e protegida por um relativo anonimato – por espaços controlados por outras redes associativas, tais como o coletivo *STOP Despejo*²⁰ e a *Junta de Freguesia de Santa Maria Maior*²¹. Como parte do trabalho investigativo, foram exploradas situações

¹⁸ Cefai, 2011, p. 92.

¹⁹ O coletivo *Habita* tem a sua origem no ano de 2005, quando se formou um grupo de trabalho pelo direito à habitação dentro do Solidariedades Imigrantes, associação de defesa dos direitos dos imigrantes. Em 2006, o grupo se autonomizou e criou alianças com outras organizações, formando a Plataforma Artigo 65 – Habitação Para Tod@s, que em 2012 foi refundada e ganhou o nome atual. Enquanto associação, ela atua em várias frentes para garantir os direitos à habitação e à cidade. ver: <http://habita.info/quem-somos/>

²⁰ O coletivo *Stop Despejo* foi fundado após as tentativas de resistência de ativista e moradores do bairro de Santa Filomena, localizado na cidade de Amadora (distrito da área Metropolitana de Lisboa), que foi completamente extinto no ano de 2016. Atuante em toda a Área Metropolitana de Lisboa, o grupo tem três objetivos principais: parar os despejos; defender o direito à habitação; defender o direito das pessoas a permanecerem nos seus bairros. ver: <https://stopdespejos.wordpress.com/sobre/>

²¹ A Junta de Freguesia é a menor unidade político-administrativas de Portugal, órgão executivo que é eleito pelos membros da Assembleia de Freguesia, por sua vez eleita diretamente pelos cidadãos recenseados no seu território. Entre as suas competências, estão: a manutenção de equipamentos públicos; licenciamento de atividades comerciais; ordenamento do espaço público; apoio às atividades comunitárias. Desde 2012, a Junta de Freguesia em questão, de Santa Maria Maior, faz parte da zona do Centro Histórico e é formada pelos seguintes bairros (divisão que não tem força

de interação diversas: transitando entre os espaços de co-presença física (reuniões organizativas) e virtual (publicações e interações nas páginas que as associações mantêm no Facebook); passando das interações mais privadas (reuniões em que se discutiram questões internas) às dinâmicas públicas (eventos com chamada pública e manifestações nas ruas da cidade).

Se a investigação do primeiro tipo de cena teve como principal objetivo analisar a construção de argumentos públicos e a elaboração de estratégias de publicização, as outras duas foram entendidas como espaços privilegiados de circulação de um argumentário pretensamente generalizável. Na “cena da mídia”, foi considerado todo tipo de meio de comunicação capaz de ampliar a difusão pública da questão, apesar de boa parte de minha energia ter se voltado para o jornal *O Público*; escolha que levou em conta a sua circulação expressiva na cidade e nas mídias sociais e, sobretudo, a sua dedicada cobertura ao tema da habitação no período investigado. Na “cena da rua”, levei em conta todo tipo de intervenção no espaço público, desde as marcas deixadas nos muros e mobiliários da cidade – grafitti, pichação, lambe-lambe etc. –, até manifestações que tematizavam o problema da habitação²².

As emoções como produtoras de solidariedade interna

Faltavam alguns minutos para começar o encontro convocado pelo coletivo *Habita* quando os primeiros grupos começaram a se formar na calçada do sobrado localizado na Rua dos Anjos, onde a freguesia de *Arroios* faz fronteira com duas das freguesias que integram o centro histórico do concelho: *São Vicente* e *Santa Maria Maior*²³. Os que chegavam eram aos poucos reconhecidos e incorporados nas conversas já iniciadas. Diferentemente dos eventos realizados nas semanas anteriores, esse tinha um caráter mais organizativo, tendo como proposta avaliar as atividades realizadas nos meses anteriores e construir um plano de atividades. Tratava-se, portanto, de uma situação em que os laços

administrativa, mas permanece sendo uma referência importante para os moradores): Alfama; Baixa; Castelo; Chiado; Mouraria.

²² Apesar de reconhecer a relevância outras cenas – a cena da tribuna política; a cena da burocracia administrativa; a cena acadêmica; etc –, não foi possível investigá-las de modo mais sistemático, tendo em vista o curto período (seis meses) dedicado ao trabalho de campo.

²³ As 24 freguesias do Concelho de Lisboa formam um mapa administrativo que, desde 2012, é dividido em 6 grandes zonas: Centro Histórico; Centro; Ocidental; Oriental; Norte. Entre as que formam a zona em foco – o Centro Histórico – estão as freguesias: Campo de Ourique, Estrela, Misericórdia, Penha de França, Santa Maria Maior e São Vicente.

estabelecidos entre seus membros se evidenciavam e em que a crença identitária do grupo se fortaleciam.

Notavam-se, no entanto, alguns rostos novos no local: três mulheres de meia idade que conversavam entre si. Aparentemente desconfortáveis, elas aguardaram todos se acomodarem para escolher seus lugares. Com movimentos contidos, observaram as falas dos representantes, que versaram sobre as parcerias realizadas com instituições acadêmicas, as negociações com os membros da câmara, a organização de eventos com outros grupos de ativismo urbano e, por fim, o apoio dado aos moradores locais contra os despejos. Uma vez aberta a fala para os presentes, uma delas levantou a mão e se apresentou:

Sou x [nome não registrado], moradora da Mouraria. Eu e as minhas amigas viemos porque não sabemos mais o que fazer. Vivemos toda a vida neste bairro... somos a Mouraria. Estamos sem saída; desesperadas. Não sei por quanto tempo mais conseguimos cá ficar... Escutamos que vocês ajudaram uma senhora da nossa rua que o senhorio já estava a colocar pra fora. Todos os dias temos medo de sermos jogadas pra fora.

Vocalizado por uma das senhoras, o pedido de ajuda representa um dos principais fatores de procura do coletivo pelos moradores da redondeza. Antes isoladas no canto da sala, as senhoras passaram a receber atenção de todos os presentes, que escutaram com interesse o caso de cada uma delas, sugeriram a reunião de documentos para uma eventual ação judicial e convidaram para uma conversa mais cuidadosa nos dias próximos. Mais à vontade, elas aceitaram o biscoito oferecido por um dos participantes e deslocaram suas cadeiras para mais perto dos outros presentes.

Naquele momento, o registro cívico, próprio da cena militante, foi abandonado. Isso é, as falas deixaram de ter como referência uma ordem social fundada na coletividade, no interesse geral daquela comunidade, para assumir a ordem característica do mundo doméstico, em que as emoções e os interesses pessoais mediam as interações²⁴. Foi a alteração na dinâmica da situação que fez com que outro presente compartilhasse sua situação dramática: com uma mãe acamada e uma filha pequena, confessou não saber até quando conseguirá resistir às ameaças de despejo do proprietário do imóvel que habita. Ao possibilitar que se encontre no outro um sentimento comum – seja de dor, de revolta ou de medo –, esse processo de singularização acaba por forjar outro tipo de engajamento. O que

²⁴ Para ampliar a compreensão da diferença entre os mundos “cívico” e “doméstico”, ver: Boltanski & Thévenot., [1991] 2006.

se expressa na alteração dos códigos corporais das três mulheres, que abandonaram os gestos contidos e as falas sussurradas entre elas para adotar uma linguagem expansiva e voltada para todos os presentes.

A situação narrada expressa bem um tipo de ajustamento da linguagem recorrentemente observada no campo. Ou seja, uma retomada do “singular” como estratégia de estabelecimento de vínculos de proximidade e de intimidade, quase sempre tecido pelo compartilhamento de sentimentos comuns. Processo que não se restringe ao momento de engajamento de novos membros, mas alimenta todo o percurso da ação coletiva. Não por acaso, os dramas individuais são recorrentemente lembrados nas reuniões internas como forma de renovar o sentido dos coletivos, tornando a dor e o medo elementos constitutivos de sua existência enquanto grupo. Como pode ser notado na fala de Francisco, morador de Alfama que acompanhava uma das mesas promovidas pelo *II Fórum Direito à Habitação*:

Eu já estou cansado disso tudo; estou quase a desistir [...] Hoje mesmo, pensei em não vir. É muito triste ver nossos vizinhos desaparecerem... ontem foi a vez do X [nome não registrado], que teve que deixar Alfama. Foi como se eu tivesse perdido minha casa... E é por isso que cá estou. Por ele, que não mais pode estar conosco.

Notaram-se também vínculos que são formados não pelo reconhecimento de um sofrimento comum, mas forjados pelo acionamento da ideia de uma comunidade preexistente que estaria ameaçada. A face mais evidente desse processo está na constante associação das freguesias históricas com práticas culturais e modos de vidas entendidos como “autênticos”, “típicos” ou “tradicionalistas” – termos mobilizados por moradores, ativistas, pela imprensa local e por representantes políticos para caracterizar práticas que, a seus olhos, definiriam o que havia de específico nesses territórios. Um dos recursos utilizados pelos moradores consistia em ampliar as experiências particulares de vivência no centro histórico para o que ela teria de comum; criando um sentimento compartilhado em torno do significado de ser de Alfama, da Mouraria, da Graça, do Castelo ou da Sé. O que está presente, por exemplo, na fala de Eduardo, de 82 anos, morador de Alfama:

A minha mulher nasceu ali há 82 anos, eu casei e moro há 60 anos nessa casa. Eu entrei ali e não tinha água e luz, como as casas de Alfama daquela época. Eu fui fazendo minhas coisas, minhas economias e meus amigos... Eu conhecia todo mundo, tomava uma bica quando saía, passava na pastelaria, na taberna... Agora tá tudo fechado. Ficou só o prédio; o resto se foi. Muitos morreram, isso é verdade... Mas outros foram jogados pra fora. Alfama não é mais a mesma: falta alma.

Na Alfama dos sobrados e dos equipamentos públicos recém recuperados²⁵, Eduardo prefere se lembrar dos ausentes; aqueles que deixaram suas casas e seus comércios por não suportarem o aumento das rendas. Percepção que ecoa nas falas de outros interlocutores, que também lamentaram a paulatina desintegração daquele território de afeto, como sugerem os seguintes registros do campo: “não há mais ninguém”; “está tudo fechando”; “já não conheço mais ninguém”, “só se veem os turistas, nada mais”; “é outro sítio, o Castelo”; “o que se vê são estrangeiros, gente estranha”. Trata-se de impressões por vezes incompatíveis com aquelas que tive ao circular pelas mesmas localidades, quase sempre com ruas e calçadas tomadas de pessoas e uma oferta significativa de comércio. Diferença que se explica pelo acionamento de um estoque de memórias coletivas sedimentadas no tempo e no espaço que não faz parte do meu repertório. “Ser de Alfama” torna-se uma categoria generalizadora que permite a certos moradores embasar denúncias e críticas às transformações no bairro.

É interessante, nesse sentido, perceber como as Marchas Populares, expressão cultural de grande visibilidade na cidade²⁶, revelam as disputas entorno da construção dessa representação socio-territorial. Independente das polêmicas que envolvem o momento em que essa tradição foi inventada e as intenções políticas de sua criação²⁷, pode-se afirmar que desde o princípio ela se caracteriza como um ritual que “tem servido para certos grupos sociais evocarem, articularem e transmitirem fatias importantes de sua memória social”²⁸. Apoiadas pela municipalidade e conduzidas pelos moradores locais, as Marchas se caracterizam pelo seu forte componente agonístico, expresso na competição entre os bairros pelo título de melhor performance.

²⁵ As ações de recuperação do patrimônio imobiliário tiveram como marco o decreto-lei nº 104 de 7 de maio de 2004, fundador do Regime Jurídico Excepcional de Reabilitação Urbana de Zonas Históricas e de áreas Críticas de Recuperação Urbanísticas, que foi acompanhado por intervenções do poder público no arruamento, na iluminação e no mobiliário público da zona histórica.

²⁶ Dentro da programação das festas dos Santos de junho, o mais popular e duradouro festejo da cidade, as Marchas são consideradas o seu ponto alto. Realizada na noite que se comemora o padroeiro da cidade (Santo Antônio), seu desfile acontece numas das mais importantes avenidas da cidade e é transmitida para todo o território nacional.

²⁷ Há um debate nos estudos que tomam da cultura local como objeto sobre a existência ou não de uma continuidade entre os festejos populares aos santos de junho – Santo Antônio, São João e São Pedro – presentes desde o século XIX e a versão institucionalizada das Marchas concebida e estruturada pelo regime autoritário do Estado Novo. Intervenção autoritária que, apesar das intencionalidades políticas e ideológicas que separam o período da contemporaneidade, acabou por fundar os parâmetros organizacionais que orientam a disputa. Ver: Carvalho, 1991; Cordeiro, 1997, pp. 229-250.

²⁸ Cordeiro. 1997, p. 231

Enquanto um ato comemorativo, esse rito dá corpo e sentido e consagra uma “memória partilhada coletiva” cuja existência só é possível por meio do apagamento – via esquecimento – de outras memórias possíveis²⁹. Ao trazer elementos do passado, ela produz uma narrativa de continuidade que não suporta elementos que possam provocar rupturas ou descontinuidades, fazendo com que os novos tipos sociais – o turista, o estrangeiro e o lisboeta endinheirado – sejam enquadrados como potencial ameaça. Como pode ser observado nas marchas produzidas pelos bairros de Alfama (2017) e do Castelo (2018), intituladas respectivamente: *Não toquem na minha Alfama* e *Lisboa antiga, Lisboa moderna. Traz de volta o meu bairro*.

Mais do que veículo que reforça a identidade local e denuncia as ameaças por ela sofridas, as Marchas passaram a representar uma expressão cultural que, diante das transformações socio-territoriais recentes, teriam a sua existência ameaçada. Argumento que estrutura o documentário produzido pelo coletivo *Left Hand Rotation* - “Alfama é Marcha”. E que também está presente na edição do jornal produzida pela *Junta de Freguesia de Santa Maria Maior* após vitória de um dos bairros sob sua administração, em que as fotos que registram a celebração local rivalizam com as melancólicas imagens de Alfama de portas fechadas e ruas vazias, antecipadas pelo alerta: “Aqui já não mora quase ninguém” (Fig. 1).

²⁹ Albuquerque, 2019, pp. 183-185.



Habitação
e Alojamento Local
Novas Batalhas

Festas da Cidade
Marchas e Arraiais animam
Santa Maria Maior

Desporto
Coletividades brilham
em Torneio de Futsal

De modo semelhante, viu-se no jornal Público uma série de reportagens sobre estabelecimentos comerciais tradicionais e centros de lazer local que, com a redução de clientes e frequentadores moradores do bairro, corriam o risco de fechar³⁰. Preocupação que teve ressonância na fala do presidente da República, António Costa, que demonstrou em entrevista sua apreensão com a perda da “autenticidade” dos bairros históricos, que não seria garantida pela “conservação do património físico, mas das vivências dadas pelas pessoas que lá habitam”, sob o risco de se transformar a cidade em uma “Disnelândia para adultos”³¹. O que acaba por confirmar a força da ideia de uma comunidade de afetos que

³⁰ COSTA, Rita M. “Os artesãos (ainda) estão no centro histórico”, *Público*, 20/11/2017; MOREIRA, Cristina F. “Ginásio do Alto do Pina está em risco de ficar sem a sede que ocupa há 106 anos”, *Público*, 23/11/2017; MOREIRA, Cristiana F. “Livros e antiguidades estão a ser expulsos da rua do Alecrim”, *Público*, 21/03/2018; PÚBLICO, “Após o fecho da Casa Frazão, pede-se um limite para as rendas dos espaços históricos”, *Público*, 16/04/2018.

³¹ SALEMA, Isabel, “‘Não podemos ter os centros das cidades como Disneylândias para adultos’. Numa entrevista a propósito dos 20 anos da Expo '98, António Costa mostra-se preocupado com a gentrificação de Lisboa e do Porto”, *Público*, 18/05/2018.

deve ser preservada, mobilizada tanto como dispositivo produtor de coesão interna como meio de sensibilização e de adesão de um público mais amplo.

Emoção e solidariedade externa – A dor que choca e engaja

“Moro em Alfama e recebi uma carta recentemente para deixar a casa porque o senhorio não me renova o contrato. Estou desesperada. Tenho o meu marido acamado, não fala e não anda: o que é quer eu vou fazer nesta situação?” Com a voz embargada e com os olhos húmidos, Elisa interrompeu sua fala e apoiou o microfone sobre o colo. Gesto que foi imediatamente respondido com uma salva de palmas e com manifestações de apoio da plateia que lotava o salão principal do Palácio da Independência no dia 5 de abril de 2018. Antes dela, Carla denunciou o corte da água e da luz para forçar a sua saída, Eduardo lamentou a ordem de despejo que recebeu do proprietário da casa em que vive com a mulher há 60 anos e Diana chorou ao lembrar a mudança de sua família para a periferia da cidade.

No palco, os moradores compartilharam a dor de ser despejados da casa em que sempre moraram. Na plateia, moradores, ativistas e apoiadores acompanharam as falas emocionadas e manifestaram sua solidariedade com gritos de “Não, não saí!”, “Força!”, “Porcos, senhorios porcos!” e “Não vão nos tirar!”. Reações registradas por duas câmeras de televisão e por jornalistas que cobriam o ato. Assim foi durante toda a primeira parte do evento promovido pela *Junta de Freguesia de Santa Maria Maior*, integrada pelos bairros históricos de Afama, da Baixa, do Castelo e da Mouraria, que registrou nos últimos anos as maiores taxas de evasão de eleitores e a mais expressiva concentração de imóveis destinados ao alojamento turístico na cidade³².

Intitulado “Rostos do Despejo – Pelo direito a habitar no centro histórico”, o evento buscou fazer dos relatos individuais de sofrimento um mecanismo de sensibilização e de adesão de apoiadores. Tal intenção se revela já no título escolhido para o evento, que, pelo acréscimo do termo “rostos”, a ideia jurídica de “despejo” passa a personificar a dor daqueles que são obrigados a deixar seus lares, desafiando o senso de justiça dos que

³² Nos últimos quatro anos, a Freguesia de Santa Maria Maior registrou a saída de mais de dois mil eleitores, o que representou a perda de 16,5% de sua população. Ao mesmo tempo, foi a região com o maior número de imóveis licenciados como alojamento turístico, concentrando 28% dos registros da cidade. Ver: Quatenaire Portugal, 2017.

defendem a legalidade do ato. Estratégia que o seu porta-voz, o presidente Miguel Coelho³³, não escondeu:

Enquanto organizávamos o evento, pensamos em como passar a nossa mensagem; se deveríamos lidar com ele de uma maneira mais agressiva. Nós pensamos muito se deveríamos chocar. E chegamos à conclusão que sim; era necessário chocar para sensibilizar a opinião pública e todos aqueles que têm responsabilidade nessa matéria [...] queríamos mostrar que essas pessoas existem. As pessoas que vieram hoje são apenas uma pequena amostra das pessoas de carne e osso que estão a passar por esse drama. Não estamos falando de estatística; estamos falando do sofrimento de pessoas reais.

O trabalho da junta de freguesia não é senão este: não sendo a instância competente a criar uma legislação que proteja o inquilinato ou a desenvolver políticas sociais expressivas para sua fixação³⁴, transformou os casos aparentemente dispersos e particulares em um drama capaz de sensibilizar mesmo aqueles não diretamente afetados pelo fenômeno. Trata-se, portanto, de um momento exemplar do uso de dispositivos teatrais com o intuito gerar “choques morais”³⁵, produzindo na audiência um misto de indignação, revolta, desconforto e compaixão, combustíveis necessários para a produção um senso de solidariedade que supera a comunidade imediatamente atingida pelo fenômeno. Efeito que teve na audiência presente reação imediata, mas que pretendeu alcançar também aqueles que lá não estiveram e acompanharam a repercussão do evento pelos meios de comunicação.

Se por um lado a decisão de usar os depoimentos dos moradores como estratégia de sensibilização prova que a construção de um problema público não é apenas “cognitiva”, mas “envolve afetividades, sensibilidade e moralidades coletivas”³⁶, por outro, o segundo momento do evento demonstra que para o problema aceder ao nível de generalidade, outras gramáticas podem ser operadas. A passagem da crítica (baseada em provas emocionais) para a denúncia (assentada em categorias de justiça universalizáveis) aconteceu quando o presidente da junta, mobilizando categorias técnicas, jurídicas e estatísticas, questionou o

³³ O fato do seu representante ser filiado ao Partido Socialista, o mesmo do presidente da Câmara, Fernando Medina, também deve ser considerado no processo de negociação e sensibilização.

³⁴ As Juntas de Freguesias são responsáveis por “contribuir para as políticas municipais de habitação, através da identificação de carências habitacionais e fogos disponíveis e, ainda, da realização de intervenções pontuais para melhoria das condições de habitabilidade” (Assembleia da República, 2012). Responsabilidade que foi respondida pela freguesia em questão por meio de estudos sobre o número de imóveis desocupados e de moradores despejados e, no plano da ação, pela criação de um grupo de apoio jurídico aos moradores e o reforço de ações sociais voltadas para a subsistência da comunidade.

³⁵ Jasper 2011.

³⁶ Cefai, Veiga & Mota, 2011, p. 42.

equilíbrio econômico da atividade turística, defendeu a preservação do patrimônio material e cultural local, denunciou a desigualdade socioespacial gerada pela nova dinâmica do mercado de habitação e advogou pelo direito constitucional à habitação. Alteração que, ao contrário da ideia de que os problemas sociais são construídos a partir de etapas sequenciais³⁷, aponta que as dimensões emotivas e racionais fazem parte de um mesmo processo, que está em contínua construção.

Esse, no entanto, não foi o único momento em que os grupos estudados fizeram uso de casos dramáticos como forma de produzir uma indignação e um senso de urgência em audiências externas. Outro atuante grupo criado por ativistas locais – o *Stop Despejos* – vem empregando com frequência a publicização de histórias de moradores em vias de perderem suas casas. Faz parte de suas ações a divulgação nas redes sociais de vídeos gravados na casa das vítimas, seguido por um texto cobrando soluções daqueles que são entendidos como responsáveis “políticos” pelo problema³⁸ e recrutando novas pessoas para o movimento. Eis o caso de Nazaré, cuja situação é narrada no site do coletivo:

A Nazaré tem 82 anos e mora na Rua Rodrigues Sampaio, perto do Marquês, em Lisboa. Mora na mesma casa há 40 anos, mas tem ordem de despejo marcada. O contrato estava em nome da tia, que morreu há dois anos, e por isso a Nazaré não teve direito ao contrato de arrendamento. Com a pensão do marido, que morreu em março deste ano, a Nazaré conta com 475€ para sobreviver: 202€ vão para a renda da casa e cerca de 100€ para os medicamentos de que precisa. Os preços do arrendamento atuais são impeditivos e a Nazaré não tem solução à vista. Precisa urgentemente de uma habitação digna antes que seja tarde de mais: o despejo está iminente.

A *Stop Despejos* apoia a Nazaré e vai fazer de tudo para que este despejo não seja consumado. A Nazaré não quer ir para um lar ou [para] uma pensão (que são as soluções apresentadas pela Câmara Municipal de Lisboa e [pel]a Segurança Social) e não pode ir para a rua. A Nazaré tem de ter uma solução digna de habitação: uma casa.³⁹

Esse tipo de ação não apenas produziu indignação e solidariedade em uma audiência restrita, mas também foi capaz de mobilizar um número expressivo de apoiadores, que tomaram as ruas centrais da cidade no dia 22 de setembro de 2018. Convocada pelos movimentos sociais atuantes na cidade, a manifestação agrupou pessoas que, num primeiro

³⁷ Spector e Kitsuse argumentam, por exemplo, que existiria uma “história natural dos problemas sociais”, entendendo que os recursos emocionais seriam mobilizados apenas na primeira fase de sua construção. Ver: Spector & Kitsuse, [1973] 2012, p. 90.

³⁸ Em sua análise sobre a construção de um problema público, Gusfield diferencia a atribuição de responsabilidade de um problema por meio de dois conceitos: a “responsabilidade causal” e a “responsabilidade política”. O primeiro está ligado ao que factualmente explica a existência de um problema, enquanto o segundo está relacionado com a atribuição de um responsável pela resolução do problema. Ver: Gusfield, 1981, p. 13-14.

³⁹ Para ter acesso aos vídeos produzidos pelo coletivo *Stop Despejos*, ver: <https://stopdespejos.wordpress.com>

momento, não apresentavam nenhuma identidade comum, mas que se encontravam lado a lado expressando a sua revolta contra uma situação entendida como nociva e revoltante. A formação de uma identidade coletiva, ainda que circunstancial, resulta da construção de uma “lealdade afetiva”⁴⁰ entre uma comunidade que ultrapassa aqueles que imediatamente afetados pelo problema.

O ato, mais do que vocalizar as questões entendidas como prioritárias pelos seus participantes, criou as condições de sua “aparição”, por meio de sua inserção amplificada no “campo visual” da cidade e de sua “performatividade corpórea” no espaço, agora sim, público⁴¹. Ao exercerem o “direito plural e performativo de aparecer”, aqueles sujeitos fizeram dos seus corpos, vozes e gestos produtos e veículos da precariedade que denunciavam. Tal exercício é de tal modo compreendido pelos participantes, que eles em diversos momentos performatizaram a existência desse corpo coletivo deliberadamente, por meio de um jogo em que comandos emitidos pelas lideranças do ato são seguidos por um movimento coordenado dos corpos.

Em termos de performances coletivas, a mais representativa delas aconteceu na Praça do Município, cuja paisagem é marcada por elementos que simbolizam o poder municipal. Com a sua fachada frontal voltada para o centro da praça, está o edifício que abriga a Câmara Municipal de Lisboa. E, em seu centro geográfico, está o pelourinho, monumental coluna monolítica construído no século XVIII para simbolizar a autonomia municipal e, ao mesmo tempo, a sua força punitiva, uma vez que historicamente foi utilizado para a condenação e a exposição daqueles que eram entendidos como criminosos pelas autoridades do pelouro. Foi esse o local escolhido por uma das lideranças – com o microfone nas mãos – para organizar uma corrente humana, formada por corpos horizontalmente dispostos sobre o chão, ligando o pelourinho ao edifício da Câmara. Para completar o ato, um cartaz com os dizeres “em memória às vítimas da crise financeira” foi erguido (fig. 2).

⁴⁰ Jasper, 2011.

⁴¹ Butler, [2015] 2019, pp. 17; 25.



Ao marcar a paisagem da cidade, o volume formado pelo somatório daqueles corpos acabou por rivalizar com o monumento erguido no centro daquela praça, ou melhor, incorporou e alterou seus sentidos. Como monumento provisório erguido em memória das vítimas do problema público denunciado, a representação daquele espaço enquanto centro de ressonância simbólica do poder oficial do Estado foi contestada. Em seu lugar, os participantes dão existência ao irreconhecível pelo poder municipal, ou seja: cidadãos cujo direito à habitação – assegurado pelo artigo 65 da Constituição Portuguesa – estaria sendo violado.

Em todos os casos descritos, os grupos operam uma gramática de justificação pública que tem como referência a ideia de que aqueles que sofrem e os que com eles se sensibilizam fazem parte de uma *humanidade comum*. Como se o sentir só fosse efetivo na medida que seria possível reconhecer no *outro* um *eu*, ou melhor, um *nós*. No entanto, por mais abrangente e englobante que a ideia de “humanidade” possa parecer, ela se constrói por referência ao seu oposto, de uma *não humanidade*. Isso significa que há disputa em torno dos que estão e os que não estão incluídos nessa categoria humanizadora, sendo as ruas da cidade um dos palcos dessa disputa.

Considero importante essa questão, pois ao voltar o meu olhar para uma zona específica da cidade acabei por fortalecer as condições de aparição de determinados grupos detrimento de outros⁴². Sendo a região central e histórica de Lisboa onde grande parte dos recursos sociais, simbólicos e econômicos da cidade se concentram, isso significa que os grupos historicamente excluídos das dinâmicas socio-territoriais, isso é, a população mais empobrecida, imigrante, cigana e negra⁴³, tiveram a sua invisibilidade reforçada. O que fica evidente durante a manifestação pela rua da cidade, quando seus representantes não apenas se incorporam à multidão, mas contestam o lugar que seus problemas ocupam na hierarquia da agenda pública da cidade. Provocação que está nitidamente presente na fala de uma mulher que, ao tomar ao microfone, questiona a falta de preocupação social com a comunidade que ela faz parte, os ciganos:

Nós, comunidade cigana, estamos na rua desde sempre. Sempre. [...] Após o terremoto [de 1755], Marquês de Pombal chamou os ciganos para reconstruir a cidade. Hoje, a cidade nos rejeita. [...] Nós não somos nômades, somos despejados. Nós não ocupamos terras; reapropriamos o que é nosso [...] Para nós, o problema da habitação vem de sempre, não com o turismo

Na sua fala, fica evidente não apenas a reivindicação pelo direito de uma habitação digna dessa população, mas a denúncia do processo histórico de sua exclusão. O que estaria em jogo seria, em termos mais amplos, a disputa pelo direito de ser reconhecida como parte daquela humanidade comum, base dos dispositivos de sensibilização em ação na arena pública. Nesse sentido, sua referência ao processo de reconstrução da cidade – um dos episódios mais dramáticos da história de Lisboa, que teve quase a totalidade de seus edifícios destruídos ou comprometidos – busca construir uma narrativa que inscreve a população cigana como integrantes legítimos daquela comunidade ampliada e, por isso, sujeitos de direito.

O meu argumento é que sua denúncia não pode ser enquadrada dentro do que Boltanski chama de “regime de violência”, quando as disputas não se dão em termos argumentativos ou racionais, mas baseiam-se na negação da humanidade daqueles que se enfrentam⁴⁴. Diferentemente, o que parece estar em curso é a denúncia de um “regime de

⁴² Questão que não atinge da mesma maneira os coletivos *Habita e Stop Despejos*, o primeiro deles gestado no interior da associação *Solidariedade Imigrante* e o segundo fortemente atuante em regiões periféricas da cidade. O que não significa que suas ações com grupos mais vulneráveis e regiões afastadas do centro tenham a mesma capacidade de inserção no debate público.

⁴³ Malheiros, 1998; Pereira, Sousa e Silva, Baptista & Perista, 2001; Castro, 2007; Carmo, Ferrão & Malheiro, 2014.

⁴⁴ Boltanski, [1990] 2000, pp. 105-118.

desumanização”; quando a “gramática de justificação pública busca excluir certos seres de uma humanidade comum”⁴⁵. Apesar de se tratar de uma hipótese que carece de verificação sistemática, alguns episódios recentes no debate público português confirmam a existência de uma disputa pelo reconhecimento e pelo pertencimento de determinados grupos a essa categoria mais ampla; tensão que se acirra quando o que está em jogo são os direitos da comunidade cigana e dos afrodescendentes, sobretudo aqueles imigrados de antigas colônias portuguesas.

Entre os episódios representativos desse tipo de disputa, está a recente polêmica em torno das medidas de “discriminação positiva” de combate ao racismo e à xenofobia que integraram o projeto eleitoral do Partido Socialista para as legislativas de 2019. Em debate, estariam ações voltadas para a comunidade cigana e afrodescendente com o intuito de interromper os processos que exclusão que esses estariam submetidos no interior do sistema educacional, das políticas habitacionais e das instâncias de representação política⁴⁶. A proposta, que vem na esteira da discussão sobre a inclusão de questões sobre a origem étnico-racial no Censo Nacional de 2021⁴⁷, acabou por despertar grande debate público.

Entre os atores atuantes no debate público, destaca-se a presença da consagrada historiadora Fátima Bonifácio, que, ao publicar um artigo no jornal *Público* se posicionando contrariamente às medidas, foi alvo de intenso escrutínio público. Em sua argumentação, a acadêmica afirmou que as medidas não fariam sentido, uma vez que seus beneficiários não teriam as “mesmas crenças religiosas e os mesmos valores morais” e, por isso, não fariam “parte de uma entidade civilizacional e cultural milenária que dá pelo nome de Cristandade”. Em questão estaria uma aposta discursiva que enquadrava os ciganos e os afrodescendentes como os *outros*; aqueles que são incompatíveis com os valores

⁴⁵ A ideia de “regime de desumanização” faz referência ao artigo de Jussara Freire sobre a sociabilidade urbana no Rio de Janeiro, que, apesar da distância espacial, ajuda a compreender o fenômeno em questão. Ver: Freire, 2010, p. 120

⁴⁶ Partido Socialista, 2019.

⁴⁷ Em 2018, foi criado pelo governo português o “Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões Étnico-Raciais”, que produziu um parecer favorável em relação à inclusão de questões sobre a origem étnico-racial. Entre os argumentos que sustentaram tal posição, estava a ideia de que os dados ajudariam na “sensibilização de instituições e cidadãos quanto à crescente diversidade étnico-racial da população portuguesa, mas sobretudo como um instrumento de monitorização do racismo e da sua evolução ao longo do tempo” (GT CENSO 2021, 2019). Argumentos que não foram suficientes para convencer o Instituto Nacional de Estatística, que optou por excluir tais questões da pesquisa nacional.

hegemônicos da “civilização ocidental” e, portanto, sem lugar na comunidade que a autora diz fazer parte. Argumento que ela desenvolve com clareza nos trechos a seguir:

Os ciganos, sobretudo, são inassimiláveis: organizados em famílias, clãs e tribos, conservam os mesmos hábitos de vida e os mesmos valores de quando eram nômadas. E mais: eles mesmos recusam terminantemente a integração. É só ver a quantidade de meninas ciganas que são forçadas pelos pais a abandonar a escola a partir do momento em que atingem a puberdade; é só ver a quantidade de meninas e meninos ciganos que abandonam os estudos, apesar dos subsídios estatais de que os pais continuam a gozar para financiar (ou premiar!) a ida dos filhos às aulas; é só ver o modo disfuncional como se comportam nos supermercados; é só ver como desrespeitam as mais elementares regras de civismo que presidem à habitação nos bairros sociais e no espaço público em geral. [...] O que temos nós a ver com este mundo? Nada. O que tem o deles a ver com o nosso? Nada. [...] Africanos e afrodescendentes também se auto-excluem, possivelmente de modo menos agressivo, da comunidade nacional. Odeiam ciganos. Constituem etnias irreconciliáveis, e desta mútua aversão já nasceram, em bairros periféricos e em guetos que metem medo, batalhas campais só refreadas pela intervenção policial. Os africanos são abertamente racistas: detestam os brancos sem rodeios; e detestam-se uns aos outros quando são oriundos de tribos ou “nacionalidades” rivais. Há pouco tempo, uma empregada negra do meu prédio indignou-se: “Senhora, eu não sou preta, sou atlântica, cabo-verdiana.” Passou-se comigo. A cabo-verdiana desprezava as angolanas porque eram africanas, não atlânticas, e muito mais pretas...⁴⁸ [grifos meus]

Ao acionar marcadores sociais de diferença supostamente incompatíveis com os valores do seu grupo, a autora faz uso de operações morais que justificariam sua exclusão daquilo que ela entende como humanidade comum. Em questão, está o uso de um repertório comum ao aparato discursivo que possibilitou justificar o regime colonial escravocrata e as perseguições à comunidade ciganas dentro e fora de Portugal⁴⁹. Compreender a maneira como pessoas – algumas ocupantes de lugares sociais que dão a elas prestígio e legitimidade social, como é o caso dos acadêmicos – se engajam nesse regime de desumanização permite entender algumas das situações concretas que colocam os grupos em questão fora da agenda pública oficial da cidade, visto que sua existência passa a ser entendida como problemática e indesejável.

Rompendo as fronteiras entre a emoção e a razão

O olhar sobre o papel dos dispositivos morais e emocionais na construção do problema público permitiu dar conta de um universo de questões não contempladas quando

⁴⁸ BONIFÁCIO, Fátima. “Podemos? Não, não podemos. As quotas para negros e ciganos não passam de uma farsa multicultural igualitarista. Não, não podemos integrar por decreto”, *Público*, 06/06/2019.

⁴⁹ Sobre o processo de desumanização operado para justificar os regimes de opressão em questão, ver: Kilomba, [2008] 2019; Mbembe, [2003] 2018, Auzias, [1995] 2001; Castro, 2007;

o que estava em jogo era a apreensão de uma gramática de justificação pública ancorada em argumentos com elevado nível de racionalização, muitas vezes elaborados em termos técnicos, jurídicos ou acadêmicos. Nesse processo, ignorou-se a existência de um “emaranhado de estruturas de proximidade do mundo vivido” que são indissociáveis do processo de engajamento público⁵⁰. As experiências vividas, as sociabilidades locais e os laços territoriais ajudam a construir um senso de pertencimento, tecendo uma rede de apoio e solidariedade voltada para a própria comunidade e para fora dela.

Por meio da presente análise, buscou-se desfazer a separação ente a razão e a emoção na construção de um problema público, demonstrando que sua produção envolve afetividades, sensibilidades e moralidades coletivas. E, sobretudo, que diante de uma situação percebida como ameaçadora suas vítimas ou potenciais vítimas mobilizam as emoções como dispositivos de seu repertório de justificação e de indignação pública. Entendida como recurso que pode ser lançado diante dos riscos que a vida social apresenta, depara-se com ações que nada se aproximam do irracional, mas sim de um senso de preservação individual e coletivo que faz uso de todos os dispositivos disponíveis para garantir a sua manutenção.

Nas situações analisadas, mesmo a dimensão corpórea dos participantes passou a ser considerada. Através da análise das performances coletivos no espaço público, percebeu-se que os corpos atuam, ao mesmo tempo, como suporte do sofrimento daqueles que denunciam a sua precariedade e agente das reivindicações feita em nome daqueles corpos, que, ao encontrar outros, dão visibilidade ao problema entendido por eles como prioritários. Também foi fundamental compreender que os mesmos dispositivos capazes de produzir um sentimento compartilhado em torno de uma determinada territorial – como o *ser de Alfama* – também são responsáveis pela produção de seu contrário, ou seja, tipos sociais que seriam tipificados como estranhos e ameaçadores – tais como, o turista, o estrangeiro e o lisboeta endinheirado. O que, no limite, pode acabar por produzir tipos sociais que sequer são considerados parte de uma humanidade comum, justificando ações que (re)produzem a exclusão desses grupos. Consideração que permite entender que o uso de emoções na ação coletiva não é intrinsecamente bom ou ruim, mas assumem valores diferentes dependendo do enquadramento dado pelo pesquisador e seus agentes.

⁵⁰ Cefai, 2011, p. 70.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, D. M. (2019) *O tecelão dos tempos. Novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios.

AMILCAR, A.; CARREIRAS, M.; MALHEIROS, J.; FERREIRA, B. (2011). “Notas sobre política de habitação em Portugal – trajectórias e possibilidades”. In: VIII CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA, *Anais*. Lisboa.

AUZIAS, C. ([1995]2001) *Os ciganos ou o destino selvagem dos roms do Leste*. Lisboa: Antígona.

BARATA, A. (2014) “Conceber o Estado Social”. In: CARMO, R. M.; BARATA, A. *Estado Social. De todos para todos*. Lisboa: Tinta da China.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. ([2003]2006) *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de ‘revitalização’ dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume.

BOLTANSKI, L. ([1990] 2000) *El amor y la justicia como competências. Tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

BOLTANSKI, L. ; THÉVENOT, L. ([1991] 2006). *On justification. Economies of worth*. Princeton: Princeton University Press.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. (1999). “The Sociology of Critical Capacity”, *European Journal of Social Theory*. Vol. 2, No. 3.

BUTLER, J. ([2015]2019) *Corpos em aliança e políticas das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. (2012) *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa: 2011-2024*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

CARMO, A., FERRÃO, J., MALHEIROS, J. (2014). “Geografias do Estado Social: reorganização territorial, habitação e urbanismo”. In: CARMO, R., BARATA, A. (orgs). *Estado Social. De todos para todos*. Lisboa: Tinta da China.

CARVALHO, R. (1991) “A festa, a cidade e o poder”. In: CARVALHO, R. *et al.*, *Festas de Lisboa: Relatório da Comissão Consultiva das Festas de Lisboa de 1990*. Lisboa: Livros Horizonte.

CASTRO, A. (2007). “Dos contextos locais à invisibilidade política: Discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal”. *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº 15.

CEFAÏ, D. (2002). "Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste". In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (coords.). *L'heritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube.

CEFAÏ, D. (2011)“Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris”. In: CEFAÏ, D., MELLO, M. A., MOTA, F. R., VEIGA, F. B. (2011). *Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EdUFF

CEFAÏ, D., MELLO, M. A., MOTA, F. R., VEIGA, F. B. (2011). *Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EdUFF

CORDEIRO, G. Í. (1991). *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da bica*. Lisboa: Publicações Don Quixote.

FONSECA, L.; MALHEIROS, J. (coord) (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração.

FREIRE, J. (2010) “Agir no regime de desumanização: Esboço de um modelo de análise da sociabilidade urbana do Rio de Janeiro”. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 3.

FREIRE, J. (2016) *Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Garamond.

GT CENSO 2021, *Sumário do Grupo de Trabalho Censo 2021 – Questões ‘étnico-raciais’*, Alto Comissário para as Imigrações: 3 abril 2019.

GUSFIELD, J. (1981). *The culture of public problems: Drinking-driving and the symbolic order*. Chicago : University of Chicago Press.

HARVEY, D. ([1989]2012) *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

JASPER, J. M. (2011) “Emotions and social movements: twenty years of theory and research”, *Annual Review of Sociology*, nº 37.

JASPER, J. M. (2011) “Emotions and social movements: twenty years of theory and research”, *Annual Review of Sociology*, nº 37.

JASPER, James. ([2014] 2016) *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar.

KILOMBA, G. ([2008]2019) *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

MALHEIROS, J. (1998). “Minorias étnicas e segregação nas cidades - uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa Mediterrânica”. *FINISTERRA*, XXIII, Lisboa.

MBEMBE, A. ([2003]2018) *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições.

MENDES, L. (2014) “Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese da rente gap de Neil Smith”. *Cadernos MetrÓpole*, v. 16, n. 32, nov.

MOURA, H. V. (2019) “A construção de um problema público. A luta de coletivos, associações e instituições pelo direito à habitação nos bairros históricos e centrais de Lisboa”. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, *Anais*.

NUNES, J. P. S. (2010). “Dos subúrbios citadinos aos subúrbios metropolitanos, Estrutura de povoamento e morfogénese da metrópole de Lisboa (1950-2001)”. *Cidades, Comunidades e Território*, nº20/21.

OLIVEIRA, R. C. (1998) “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”. In: _____. *O Trabalho do antropólogo*. Brasília: UnB.

PARTIDO SOCIALISTA, “1.4.1. Reforçar o combate ao racismo e à xenofobia”. In: *Programa Eleitoral do Partido Socialista: Fazer ainda mais e melhor*, 2019.

PEREIRA, A., SOUSA, D., BAPTISTA, I., PERISTA, P. (2001). “Habitat e minorias. Processo de (des)integração de grupos étnicos em Lisboa e Porto”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº 3.

QUATERNAI PORTUGAL. (2017). *Estudo sobre as dinâmicas residenciais, económicas e urbanísticas no centro histórico de Lisboa*. Disponível em:

<http://www.quatenaire.pt/Destaques/Novas-Dinamicas-Residenciais-Economicas-e-Urbanisticas-no-Centro-Historico-de-Lisboa>. [Acesso em 10 de setembro de 2018]

SALGAFO, T. B. (2001) *Lisboa, periferia e centralidades*. Celta Editora, Oeiras.

SALGUEIRO, T. B. (2001). *Lisboa, periferia e centralidades*. Lisboa: Celta.

SMITH, N. ([1996] 2012). *La nueva frontera urbana. Ciudad revanchista y gentrificación*. Madrid, Traficante de Sueños.

SPECTOR, M.; KITSUSE, J. I. (1973] 2012) “Sociologie des problèmes sociaux. Un modèle d’histoire naturelle”. In: CEFAL, D.; TERZI, C. (coords.). *L’expérience des problèmes publics*. Paris : École des Hautes Études em Sciences Sociales.

SPECTOR, M.; KITSUSE, J. I. [1987] 2001). *Constructing social problems*. Washington: Library of Congress, 2001.

WERNECK, A. OLIVEIRA, L. R. C. (orgs) (2014) *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra.